



As Video-locadoras já podem morrer em paz?

Daniel Gomes

As locadoras, o grande centro das novidades de filmes da década de 90, a cada dia que passa, estão definhando. E não é para menos, pois com a internet, a forma de adquirir filmes, alugar ou apenas assisti-los mudou de uma forma assustadoramente radical. Quem, hoje em dia, vai numa locadora para escolher um filme para assistir?

Claro, existem casos e casos, no Brasil ainda é comum que tenhamos locadoras de pequeno, médio e grande porte, com opções limitadas de filmes em DVD e, agora, Blu-Ray, mas é notável ver o crescimento grande nos EUA e na Europa na questão dos filmes on-demand, onde o consumidor pode, agora, escolher os filmes que assistir da forma que bem entender, seja por meio físico – usando os disquinhos -, ou por meio da internet, usando a tecnologia de Streaming, que é uma forma de distribuir informação multimídia numa rede através de pacotes. Ela é frequentemente utilizada para distribuir conteúdo multimídia através da Internet, um exemplo para isso é o Youtube, no qual você, com o seu navegador, espera alguns segundos para assistir este ou aquele vídeo. Desta forma, as chamadas vídeo-locadoras, estão, aos poucos sumindo dos países desenvolvidos.

Aqui no Brasil ainda temos a logística das vídeo-locadoras porque o acesso a banda larga é muito restrito, onde temos cerca de 5,8 conexões fixas de banda larga para cada 100 conexões, de acordo com a Anatel, isto é, um grande contingente de usuários está usando a internet discada ou o sofrível 3G, que, convenhamos, é preferível usar internet discada pelo preço que as operadoras cobram, desta maneira, o mercado de filmes on-demand fica bastante restrito. Mesmo assim, é fato notar que cada vez mais pessoas estão assistindo filmes e seriados através da internet, seja pelo Youtube, pelo NetFlix ou NetMovies, onde é o usuário que pode fazer as escolhas daquilo que quer assistir.

Mas porque este discurso todo para se constatar o obvio? É algo bem simples. As vídeo-locadoras que temos hoje em dia, seja de qual porte for, pecam na questão dos



clássicos, onde os DVD's e Blu-Rays que temos a disposição, quando o temos, nos dão apenas cópias de locação, onde não temos extras e a dublagem é algo refeito, o que deixa o efeito nostalgia relegado a quinto plano. As poucas vezes que já aluguei filmes, desde o advento da banda larga, todas elas terminaram em um certo tipo de desastre. Ou eram os DVD's arranhados, ou a dublagem era péssima ou, até mesmo, eu esquecia de entregar os mesmos dois dias depois, dando uma multa nada leve no bolso.

As vídeo-locadoras, entre as década de 80 e início dos anos 2000, foram um fator importante para que os filmes fossem cada vez mais assistidos e, quando não se era possível ir ao cinema, ter a opção, além da TV aberta, de escolher aquele exato filme para assistir, mas, hoje em dia, como dito acima, estes estabelecimentos comerciais estão cada vez mais distante da realidade. A facilidade de se ter vários títulos diferentes no NetFlix, por exemplo, com uma qualidade razoável, está ali, no alcance dos dedos e a preços de um aluguel de dois DVD's, fixos, por mês.

Estes estabelecimentos precisam se reinventar, mostrar-se uma força econômica que podem fazer frente a internet, opções não faltam, como, principalmente, baixar o preço da locação, ter sessões com clássicos com as qualidades do original, pois a onda retro está presente em todos os lugares e, também, se associar as grandes do on-demand, dando facilidades ao consumidor.

E você leitor, que foi ajudado pelas vídeo-locadoras, acha que estas já podem morrer sossegadas, ou ainda tem fôlego para aguentar bons anos?



A Companhia do Panamá: escândalo, corrupção e antissemitismo francês

Cintia Rufino Franco da Silva

Entre 1880 e 1888, a Companhia do Panamá, sob direção de Ferdinand de Lesseps, que havia construído o Canal de Suez, conseguiu pouco progresso. Levantou, na França, algo em torno de 1.335.538.454 francos em empréstimos particulares. O segredo do sucesso da companhia residia no fato de que seus vários empréstimos públicos eram apoiados pelo Parlamento.

Quando a companhia foi à falência, os mais prejudicados foram, sem dúvida, meio milhão de franceses da classe média. No entanto, a companhia já estava falida havia muitos anos. Lesseps, *“para conseguir aprovação de novos empréstimos foi levado a subornar a imprensa, metade do Parlamento e todas as autoridades superiores”*.^[1] Dessa forma, o que havia inspirado a confiança do público da imprensa, o apoio do Parlamento, tornou-se o fator que converteu um negócio particular em colossal falcatura.

Mas não havia judeus entre os membros do Parlamento subornados, nem na diretoria da companhia. *“Contudo foram Jacques Reinach e Cornélius Herz, judeus, que disputavam a honra de distribuir propinas entre os membros da Câmara”*.^[2]

Reinach, pouco antes de cometer suicídio, tomou uma providência cujas conseqüências para a população judia francesa foram trágicas: forneceu uma lista de membros subornados do Parlamento para o *Libre Parole*, diário antissemita francês.

Dessa forma, o escândalo do Panamá trouxe consigo duas revelações: divulgou o fato dos membros do Parlamento e funcionários públicos haviam se tornado negociantes e que a máquina do Estado eram quase exclusivamente dos judeus. *“Até o estabelecimento da Terceira República o manuseio das finanças do Estado tinha sido quase monopólio dos Rothschild”*.^[3]

A influência política dos judeus, assim como sua condição social, resultavam do fato deles constituírem-se num grupo fechado, que trabalhava diretamente para o Estado, sendo protegidos por ele em virtude de serviços especiais



que prestavam. “A ligação íntima e imediata com a máquina do governo só era possível enquanto o Estado permanecesse distanciado do povo e enquanto as classes dirigentes continuassem indiferentes a administrar o Estado”[4]. Dessa forma, os judeus eram do ponto de vista do Estado, o elemento mais digno de confiança, na sociedade, pois não pertenciam a ela, mas formavam uma categoria social.

Entretanto, o sistema parlamentar permitiu à burguesia liberal ganhar o controle da máquina estatal. Assim, o regime já não precisava dos judeus, já que agora era possível atingir, através do Parlamento, uma expansão financeira. As principais casas judias desapareceram do cenário da política financeira e outros círculos judeus, recém chegados começavam a tomar parte crescente na vida comercial da Terceira República.

Assim, Hannah Arendt afirma que, Reinach e seus cúmplices serviram para proporcionar a uma sociedade decadente um alibi extremamente perigoso.

“Como eram judeus, tornava-se possível transformá-los em bodes expiatórios quando fosse mister aplacar a indignação do público (...) Os antisemitas podiam imediatamente apontar para os parasitas judeus de uma sociedade corrupta para “provar” que todos os judeus de toda parte não passavam de uma espécie de cupim que infestava o corpo do povo (...).”[5]

Dessa maneira, podemos acrescentar a ideia de conspiração expressa por Raoul Girardet. O autor afirma que, quando a sociedade passa por um momento de crise, ela necessita imputar a culpa em alguém. Dessa forma,

“as inquietações, os desnorreamentos as incertezas e ao ressentimentos vêm cristalizar-se em torno da imagem maldita do judeu (...) onipresente, espoliador e conquistador (...). O mal que sofre [a sociedade] (...) ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado.”[6]



Dessa forma, os antissemitas, que se diziam patriotas, introduziram essa nova espécie de sentimento nacional, que consistia num completo encobertamento dos defeitos de um povo e na ampla condenação dos que a ele não pertencem.

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. Anti-semitismo. In: **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. A conspiração. In: **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[1] ARENDT, Hannah, p.118.

[2] ARENDT, Hannah, p.118.

[3] ARENDT, Hannah, p.119.

[4] ARENDT, Hannah, p.120.

[5] ARENDT, Hannah, p.121.

[6] GIRARDET, Raoul, p.55.



Dialética da escravidão: Um olhar de Machado de Assis.

Thiago Leonardo de Sousa

Vários escritores da literatura brasileira trataram da questão da escravidão, e em seus mais diversos aspectos, costumes, questões econômicas, questões sociais, Machado de Assis contribuiu de maneira significativa para a apresentação deste quadro. Sendo descendente de negro e criado no Morro do Livramento, área periférica do Rio de Janeiro, Machado sentiu na pele, o que é ser este negro e a lutar por uma ascensão social. Neste artigo trataremos da visão da dialética entre senhores e escravos presente na obra Memória Póstumas de Brás Cubas.

Dialética[1] porque trata de antagônicos, onde a tese produzida pela classe dominante entra em choque com a antítese dos elementos que compõem a sociedade e sendo esta a própria síntese gerada. Dialética também por trazer a contradição da visão de inferioridade de quem na verdade constrói a economia, seja como mão de obra, seja como mercadoria.

Voltando a Machado: esse desejo de ser reconhecido e de se estabelecer como personagem importante da história da literatura, propiciou ao mesmo o contato com as duas realidades distintas, a da marginalização ao sentir na pele as contradições do seu cotidiano quando ainda era chamado Machadinho e criado pela sua Madrasta Maria Inês, que o ensinou seu primeiro ofício de vender doces; e como escritor aclamado coabitando com a elite intelectual da época representada pela à sociedade Lítero-humorística petalógica[2], desembocando na fundação da academia brasileira de letras.

O livro Memórias Póstumas de Brás Cubas foi lançado no ano de 1881, onde o autor trabalhou estas duas realidades, senhor versus servo. O primeiro tratando da boa vida levada pelo protagonista Brás Cubas, jovem burguês, descomprometido, desejoso de status desde que não cause muito esforço, determinista, acredita que uns nascem para glória e outros para servir e/ou fracassar. O segundo na figura de Prudêncio, escravo que acompanha nosso protagonista desde o seu tempo de criança até a alforria dada pelo pai de Brás. Machado desenvolve esta questão a partir do ponto de vista da elite, acredita



que o olhar que era lançado para tratar da questão do negro, passava pela concepção de mundo do senhor, como ele enxerga este negro, o entendimento cultural do negro a partir da visão do outro, característica deste tempo histórico, onde não havia sido dada voz aos excluídos.

Machado trata da escravidão em diversos fragmentos da obra analisada, e devido ao fato de ser a visão do dominador não coloca o negro em uma apoteose guerreira, como os contos dos quilombos com insurgências negras contra os senhores, ou mesmo a imposição cultural feita pelos negros em 1809, em Santo Amaro, no Recôncavo baiano, mais sim como um elemento que compõe as contradições de uma sociedade que passava por um processo de transformação, ou seja, o período em que campanhas abolicionistas e movimentos republicanos eclodiam na sociedade.

É uma configuração social que institui comportamentos, determinando valores, criando hierarquias entre os senhores, e a quem ser livre traz a significância da posse como primeiro elemento, pois na infância já se educam para agirem e pensarem de forma sádica e tirânica.

Nascem, criam-se e continuam a viver rodeado de escravos, sem experimentarem a mais ligeira contrariedade, concebendo exaltada opinião de sua superioridade sobre as outras criaturas humanas, e nunca imaginando que possam estar em erro (FREIRE, 1987, p. 337).

Esse sentimento de posse por parte do senhor vem se justificando a partir de questões religiosas, com afirmações do tipo, “o negro não tem alma” ou “devemos dotar este negro dos bons costumes cristãos”. Também de denominações científicas, onde as correntes filosóficas, como o determinismo, o positivismo e o evolucionismo, acabaram por gerar múltiplas interpretações, e de preferência servindo a classe dominante, como no caso de Herbert Spencer e a criação do Darwinismo Social, com sua celebre frase “sobrevivência do mais apto”, (STRATHERN, 1998, p. 41). Ou por fim as questões jurídicas de direito.

O que atuou eficazmente em todo esse período de construção do Brasil como Estado autônomo foi um ideário de fundo conservador; no caso, um complexo de



normas jurídico - políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível. (BOSSI, 1992. p. 179).

Retornando a questão das teorias evolucionistas como justificativa, figura um capítulo intitulado Borboleta preta, onde através de uso simbólico, Machado expõe como os donos de escravo justificavam seu papel social, e a inferioridade do negro como motivo predominante para que o escravize. Esta inferioridade vem desde o nascimento e das características herdadas ao nascer. Todos agem predeterminados, em concordância com seu tempo e as relações sociais que o cercavam.

No dia seguinte, [...] entrou no meu quarto uma borboleta, tão negra [...]. A borboleta, depois de esvoaçar muito em torno de mim, pousou-me na testa. [...] negra como a noite. [...] Dei de ombros, saí do quarto; mas tornando lá, minutos depois, e achando-a ainda no mesmo lugar, senti um repelão dos nervos, lancei mão de uma toalha, bati-lhe e ela caiu.

Não caiu morta; ainda torcia o corpo e movia as farpinhas da cabeça. [...]. Fiquei um pouco aborrecido, incomodado.

— Também por que diabo não era ela azul? disse comigo.

E esta reflexão, [...], me consolou do malefício, e me reconciliou comigo mesmo. [...] Vejam como é bom ser superior às borboletas! Porque, é justo dizê-lo, se ela fosse azul, ou cor de laranja, não teria mais segura a vida; não era impossível que eu a atravessasse com um alfinete, para recreio dos olhos. Não era. Esta última idéia restituiu-me a consolação; uni o dedo grande ao polegar, despedi um piparote e o cadáver caiu no jardim. Era tempo; aí vinham já as próvidas formigas... Não, volto à primeira idéia; creio que para ela era melhor ter nascido azul. (ASSIS, 1997, p. 79)

No capítulo O Vergalho, Machado continua a elaborar acerca do determinismo e o reflexo de uma escravidão além da senzala, onde o servilismo introjetado ao longo do tempo provoca uma submissão desse negro, que mesmo liberto ainda mantinha uma identificação e uma especie de gratidão ao senhor.

Estando o escravo alheio a sua condição, desprovido da capacidade de identificar no negro uma matriz comum a sua, desejoso de compor a parcela social



expoente do poder, muitas vezes quando em liberdade repetiam as mesmas condições a que foram submetidos na escravidão, uma repetição de tratamento recebido.

[..]Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: — “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.[...] Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, — o que meu pai libertara alguns anos antes.

Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

— É, sim, nhonhô.

— Fez-te alguma coisa?

— É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

— Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

— Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado! (ASSIS, 1997, p.131)

Machado continua a reflexão sobre como a reação de Prudêncio é reflexo dos castigos que o próprio Cubas dirigia a ele, porém sem remorsos, chega a ironicamente justificar seus atos e de Prudêncio, de acordo com os moldes da sociedade, agindo como se espera que se façam os senhores, pois sendo livre faz aquilo permitido a qualquer pessoa em sua condição, adquire escravos, e conforme aprendera, seu igual, em tempos anteriores, era agora menos que ele, era objeto e não uma pessoa, então imputa ao seu cativo o mesmo mal de que padecera em tempo de escravo.

Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, — transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir,



desagrilhado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (ASSIS, 1997, p.132)

Ainda nos termos de justificação, Machado se utiliza da figura do Cotrin, cunhado de Brás Cubas, para demonstrar que a análise feita destes homens, que se beneficiavam do modelo escravocrata, se baseava na condição dos homens de seu tempo e que agiam conforme a sociedade lhes imputava, em um determinismo do qual não se escapa.

Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais. (ASSIS, 1997, p.198).

Estas realidades coexistiam na mente de Machado, questões que permeavam o relacionamento, em um espaço geográfico comum, mas em ideais de mundo muito distantes, pois se de um lado um aprende desde de pequeno a inferiorizar o diferente, o outro aprende, com valores forjados a se submeter ao outro. Essa não compreensão mútua, de artistas que compoe uma mesma realidade, mesmo que em papéis tão discrepantes um dos outros, acabou por gerar processos de inferiorização vistos até hoje.

Os negros foram inferiorizados. Foram e continuam sendo postos nessa posição de inferioridade por tais e quais razões históricas. Razões que nada têm a ver com suas capacidades e aptidões inatas, mas sim, tendo que ver com certos interesses muito concretos. (RIBEIRO, 2008, p.16)

Vários elementos como a falta da composição de uma identidade étnica pelos escravos, o agrupamento em torno de um ideal comum e a gestação de uma resistência que faça valer os direitos de liberdade “conquistada”, somados aos modelos de justificativa da escravidão e que hoje justifica o preconceito, já que as ideologias



sobreviveram através de outras mascaras, terminologias e formas de expressão, que associam ao negro qualquer mazela, sem citar a grande quantidade de piadinhas infames. Acaba por gestar uma sociedade que mediante interesses econômicos, continua a se esforçar por manter a sociedade nesta contradição entre desenvolvimento e exploração, Tudo em nome da mais velha do que boa manutenção do poder.

Referências Bibliográficas:

ASSIS, Machado. Memória Póstumas de Brás Cubras. São Paulo: O Estado de São Paulo/Klick, 1997.

_____. Pai contra a Mãe. In. _____. Relíquias da Casa Velha. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000107.pdf> Acesso em 23/03/2010.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização: A escravidão entre dois liberalismos, 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FAUSTO, Boris. Historia do Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento, 1996. p. 142-152.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p. 409-461.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Sobre o obvio. In. _____. Políticas Públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo; Cortez, 2008.



KONDER, Leandro. O que é Dialética. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARTINS, Bruno Guimarães. Paula Brito e a Petalógica: Distorções na formação de uma cultura letrada no Brasil. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/MARTINS_bruno.pdf, Acessado em 12/07/2012

MORAES, Renata Figueiredo. Pai contra a mãe: a permanência da escravidão nos contos de Machado de Assis. Disponível em <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/RenataMoraes.pdf> Acessado em 29/03/2010

STRATHEN, Paul. Darwin e a Evolução em 90 minutos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SANTOS, José Rufino dos. O que é Racismo. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TRÍPOLI, Mailde J. Machado de Assis e a Escravidão. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2008/ju408_pag02.php, Acessado em 29/03/2010.

MARTINS, Bruno Guimarães. Paula Brito e a Petalógica: Distorções na formação de uma cultura letrada no Brasil. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/MARTINS_bruno.pdf, Acessado em 12/07/2012

Notas:



[1] Na acepção moderna dialética: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. (KONDER, 1990, p.8)

[2] Clube literário informal, onde se reunião artistas e intelectuais da época para troca de ideias, saraus literários e musicais, tendo sido organizado por Paula Brito, considerado nosso primeiro editor.

[3] Na data da publicação de Memórias Póstumas, estava em vigor à primeira Constituição Brasileira de 1824, com forte tendência liberal, modelo político praticado em boa parte da Europa pós-revolução Francesa, satisfazia o interesse de uma elite agrária, escravista, brasileira quando traz em sua base a garantia da segurança individual, liberdade e a inviolabilidade da propriedade (art. 179); no mesmo artigo inciso XIII veremos a ideia de igualdade para todos (principio de isonomia) em contraste com a sociedade escravocrata que se apresenta, onde o único tratamento dispensado foi a abolição do açoite, tortura, marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis (inciso XIX).



Reformando o construído

Cairane Barros

Muito se discute sobre a Reforma Ortográfica, porém pouco se explica. Tal atitude surgiu diante da necessidade de uma unificação na ortografia. Pensando nisso, foi assinado em acordo pelos países que usam a Língua Portuguesa como oficial. São eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Brasil. Tal acordo passaria valer a partir de 2009 para documentos oficiais e para mídia. Já no ensino público, começa a ser implementado em 2010 e até 2012 as novas regras deveriam ser adotadas para todas as séries. Mas, será que foram?

Pensando nisso, encontra-se a necessidade de proliferar a ideia e tais regras.

Dentre as mudanças, temos:

1) Incorporação oficial das letras K,W,Y. Totalizando 26 letras em nosso alfabeto.

2) Acentuação Gráfica:

a- Oxítonas (as palavras oxítonas cuja vogal tônica, nas pronúncias cultas da língua, possui variantes (ê, é, ô, ó) admitem dupla grafia): *matinê/matiné*

b- Paroxítonas (o acento será agudo se na sílaba tônica houver as vogais abertas “a,e,i, o,u” e será circunflexo se houver vogais fechadas “a,e,o”. As palavras paroxítonas cuja vogal tônica, nas pronúncias cultas da língua possui variantes (ê, é, ô, ó) admitem dupla grafia): *fêmur/fêmur*.

c- Paroxítonas

* Não são assinalados com acento gráfico os ditongos “ei” e “oi”: *estrela, jiboia*

** Não são assinaladas com acento gráfico as formas verbais: *creem, deem, leem, etc.*

*** Não é assinalado o penúltimo hiato: *voo, enjoo*.

**** Não são assinaladas com acento gráfico palavras homógrafas: *para (verbo) para (preposição)*.



d- Trema (o trema é totalmente eliminado das palavras, exceto em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros): Müller.

e- Hífen

*São escritas aglutinadamente palavras em que o falante perdeu a noção de composição: paraqueda, mandachuva

**Emprega-se hífen em palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas: couve-flor, bem-te-vi

***Emprega-se hífen para ligar palavras que ocasionalmente se combinam, formando encadeamentos vocabulares: ponte Rio-Niterói.

Observações (hífen)

1- Não se emprega hífen em palavras cujo prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por “r” ou “s”, que se duplicam: antirreligioso, contrarregra.

2- Não se utiliza hífen em palavras cujo prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente: antiaéreo, extraescolar.

Enfim, cabe pensar e analisar se a sociedade brasileira está de fato a par de tais regras e usos. É interessante como em nosso país as coisas são meramente “jogadas” e cada um que se vire, não é mesmo? O ideal seria uma divulgação eficaz de tal mudança e até mesmo cursos gratuitos para quem quiser. Outro elemento fundamental é que não só os professores de Língua como todos tivessem uma formação, para que então espalhassem aos seus alunos. Porém, cabe a nós realmente nos tornarmos seres pesquisadores, críticos e acima de tudo autônomos.



A forma dos contos maravilhosos

Sueli Martins

Para Leal (1985): o conto popular é uma expressão que pertence a um contexto de sonho e fantasia, de magia e de mistério, ele é parte da fala de um povo, um canto harmonioso dirigido ao mistério do maravilhoso.

O conto popular apresenta quatro características fundamentais. São elas:

Antiguidade: relacionada à temática dos contos. O conteúdo de um conto contado em uma determinada época e em um determinado local pode sofrer transformações ao longo do tempo, por sua essência ser a mesma de um relato, contado em épocas e espaços diferentes. Dessa forma, em sua raiz, os contos relatam, contudo, à essência do homem.

Anonimato: os contos populares têm como característica o autor anônimo, não se sabe quem foi “o criador” da história, portanto ela é considerada do povo, ou seja, coletiva. Muitos foram os coletadores de contos populares ao longo da história.

Capacidade de persistir no tempo: os contos populares são codificados numa linguagem simbólica e universal capaz de ser compreendida por homens de todas as épocas e lugares. Isso pode explicar a sua capacidade de persistir no tempo.

Modo de transmissão: os contos populares são transmitidos oralmente, contados ou cantados; os contos são passados de pai para filho; eram contados nos mais diferentes locais e situações: nas clareiras das florestas, nos parques e mercados do Oriente, ao pé de uma fogueira em noite de frio, na varanda de antigas fazendas, enfim, em qualquer lugar onde houvesse pessoas dispostas a contar e a ouvir.

De acordo com LEAL o fato dos contos terem sido transmitidos oralmente não diminuiu sua importância, antes, mostra-nos a força da linguagem oral e a sua capacidade de sedução. A palavra falada pode imprimir-se na alma humana, como caracteres gráficos são capazes de serem impressos na folha de papel, além de ser tão poderosa quanto à escrita.

ISSN
2316-4808



Edição Nº 07
AGO/2012

Bibliografia :

LEAL, J.C. **A Natureza do conto popular**. Rio de Janeiro: Conquista 1985.